ZH ZERO HORA

Publicado em 28/01/2022 - 05:54

Bolsonaro anuncia alta de 33,24% no piso dos professores; prefeitos reagem

ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br

Prefeitos são orientados a ignorar piso

Reunida na tarde de ontem, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) decidiu orientar os prefeitos de todo o Brasil a ignorarem o novo piso salarial de R$ 3.845,63 para o magistério, anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro e confirmado pelo Ministério da Educação.

A justificativa do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, é de que não existe mais base legal para o reajuste de 33,24%, adotado pelo governo. Este é também o entendimento da Advocacia-Geral da União, mas foi ignorado por Bolsonaro, que em seu perfil no Twitter anunciou que estava dando aos professores o maior aumento da história.

A CNM recomendou aos prefeitos que corrijam o salário dos professores e dos demais servidores da educação em 10,16%, equivalente à inflação de 2021, medida pelo INPC.

– A decisão de Bolsonaro foi eleitoreira. Ignorou a recomendação da AGU e deixou a bomba no colo dos prefeitos. Ele diz que deu o maior aumento da história para os professores, mas quem paga não é o governo federal, são os Estados e municípios – reclama Ziulkoski.

Por que pagar o piso de R$ 3.845,63 colocaria em risco a educação? Ziulkoski diz que é porque os municípios não têm como bancar esse aumento sem comprometer outros investimentos em educação, já que o impacto será de R$ 30,5 bilhões ao ano. Inicialmente, se estimava que seria de R$ 35 bilhões.

– Do Fundeb, os municípios vão receber R$ 220 bilhões neste ano. Com esse aumento, gastaremos 98% dos recursos com o pagamento de salários, e a educação é mais do que isso. De onde sairão os recursos para investir em laboratórios, merenda e outros gastos? – pergunta Ziulkoski.

A CNM ainda avalia a possibilidade de ingressar no Supremo Tribunal Federal com ação contestando o reajuste de 33,24%. Por ora, os professores que não tiverem o reajuste nos municípios é que terão de recorrer à Justiça para receber o piso anunciado pelo MEC.

Do ponto de vista político, Bolsonaro marcou um gol de placa. Se congelasse por mais um ano, como queriam os técnicos da economia, compraria briga com todos os professores do Brasil e daria discurso a Lula, seu principal adversário na eleição desde ano. Se desse o INPC (10,16%), como queriam os prefeitos, os professores continuariam insatisfeitos e Lula, mesmo tendo proposto esse indicador, diria que o presidente deu um terço do que o magistério teria direito.

Bolsonaro mandou às favas os técnicos do Ministério da Economia e os advogados da AGU. Bancou o aumento, e os prefeitos que se virem para pagar.

ALIÁS

O piso salarial de R$ 3.845,63 por 40 horas de trabalho é insuficiente para tornar atrativa a carreira do magistério, mas os prefeitos alegam que a realidade dos municípios é desigual e nem todos têm condições de pagar, até porque em muitos casos é a base do plano de carreira.

DECISÃO DO GOVERNO FEDERAL

Reajuste para professores na Educação Básica será de 33%

MARINA PAGNO
marina.pagno@gruporbs.com.br
RBS BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro anunciou pelas redes sociais, ontem, que o reajuste no salário dos professores da Educação Básica será de 33,24%. Com isso, o piso nacional da categoria passará de R$ 2.886 para R$ 3.845.

Anualmente, o Ministério da Educação anuncia o reajuste salarial aos professores, com base na Lei do Piso do Magistério. O último aumento foi em 2020 – desde então, estava congelado. Na quarta-feira à noite, o presidente já havia sinalizado o valor para apoiadores no Palácio da Alvorada:

– Eu vou seguir a lei. Os governadores não querem os 33%. Eu vou dar o máximo que a lei permite, que é próximo disso.

Governadores e prefeitos já haviam reclamado que esse aumento pode causar um rombo nas contas públicas, já que são eles que arcam com os salários dos professores da Educação Básica pública. Ontem, a decisão de conceder o reajuste de 33,24% provocou reação de prefeitos, que alertam para o efeito nos cofres municipais e acusam Bolsonaro de agir pensando na disputa presidencial. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) calcula impacto de R$ 35 bilhões para as prefeituras. Os prefeitos avaliam entrar na Justiça para reverter a situação.

– Não tem um centavo do governo federal para pagamento do piso do magistério no Brasil. O dinheiro não é da União. É muito bom fazer favor com chapéu alheio – afirmou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

– A disputa não é melhorar a educação no Brasil, a disputa é pagar salário atrás de voto – acusou.

Em nota, a Frente Nacional de Prefeitos disse que o aumento "desequilibrará as contas públicas, podendo levar ao colapso nos serviços essenciais, à inadimplência e a atrasos nos salários".

O governo federal ainda estudava alterar as regras para reajuste do piso nacional do magistério – a lei atual tem como base a variação do custo/aluno do Fundeb, mecanismo de financiamento da Educação Básica. Essas modificações, no entanto, ainda não foram oficializadas.

A CNM vinha, desde a metade do ano passado, alertando que a nova lei do Fundeb revogou a que instituiu o piso nacional do magistério, em 2008. Ziulkoski chamou atenção do Executivo e do Legislativo federais para a necessidade de preencher esse vácuo legal.

PALÁCIO DO PLANALTO/DIVULGAÇÃO

Bolsonaro anunciou que piso nacional da categoria passará para R$ 3.845

Proposta

A CNM sugere que o governo aplique a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que foi de 10,16% em 2021, e mantenha esse indexador para a correção nos próximos anos. Para isso, seria necessário aprovar um projeto que já tramitava no Congresso prevendo o reajuste por esse indicador.

Após o anúncio de Bolsonaro, o Ministério da Educação explicou, em nota, que "a definição do valor acontece após estudo técnico e jurídico do MEC que analisou a matéria e permitiu a manutenção do critério previsto na atual Lei 11.738 de 2008", diz a pasta.

Segundo a Secretaria de Educação Básica, vinculada à pasta, mais de 1,7 milhão de docentes serão beneficiados pelo reajuste.

Ação contra Telegram é "covardia", diz presidente

Em conversa com apoiadores em frente ao Palácio do Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro chamou de "absurdo" um possível processo de suspensão do Telegram no Brasil por falta de colaboração no combate a informações falsas.

– A gente está vendo, é covardia o que estão tentando fazer com o Brasil – disse o presidente sobre a possibilidade de a Justiça Eleitoral cassar o funcionamento da plataforma no país neste ano eleitoral.

O Telegram não tem representação no Brasil, o que dificulta o cerceamento legal à empresa no combate às fake news. A falta de controle em aplicativos de mensagem que podem se transformar em vetores de desinformação passou a mobilizar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Corte vai discutir internamente, a partir de fevereiro, a possibilidade de vetar o Telegram nas campanhas deste ano. No caso do Telegram, não há restrição para o encaminhamento de mensagens como no WhatsApp e o limite de membros no grupo é de 200 mil pessoas. Esse é um dos motivos pelo qual o aplicativo representa uma das principais preocupações para as disputas eleitorais deste ano.

Um grupo do Ministério Público Federal (MPF) mais ligado ao combate ao cibercrime vinha defendendo a interpretação de que o Telegram deve ser banido nas eleições e orientando os demais procuradores a respeito. A preocupação dos investigadores é de que a plataforma, que não possui regras para coibir a disseminação de informações falsas, se torne palco para fake news eleitoral. Especialistas apontam o risco de ela ser um canal também de ataque a instituições e discurso de ódio.

Ignorado

Em nota, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, já afirmou que "nenhum ator relevante no processo eleitoral de 2022 pode operar no Brasil sem representação jurídica adequada".

Em dezembro, Barroso enviou um ofício ao Telegram, por e-mail, solicitando audiência com Pavel Durov, fundador da empresa, com sede em Dubai. Queria discutir cooperação contra a desinformação que circula no aplicativo e afeta a confiança nas eleições brasileiras. Foi ignorado. Ao menos quatro tentativas de envio por correspondência também não surtiram efeito.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Político **Pagina:** 6 e 8

Copyright © Clipclap 2026.